

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2019

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi muito positivo para a Neenergia. Além de alcançarmos os melhores resultados financeiros de nossa história, com um lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões, lançamos com sucesso as ações da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo, alcançando uma valorização de quase 60% em 6 meses. Estes feitos atestam nossa consistência operacional e materializam nossa estratégia de expansão rentável e sustentável dos nossos negócios, focada na geração de energia renovável e no desenvolvimento de redes de transmissão e distribuição.

A geração operacional de caixa do Grupo, medida pelo EBITDA, superou R\$ 5,7 bilhões, um resultado 25,6% superior ao ano anterior. Já o lucro líquido apresentou uma evolução ainda mais expressiva, um aumento de 45,1% no mesmo período. Reafirmamos nosso compromisso com a gestão eficiente das despesas operacionais, que apresentaram trajetória 1,3 p.p. abaixo da inflação, absorvendo o crescimento de mercado e a expansão de nossos negócios. Seguimos também o plano de desalavancagem, refletido na redução do indicador "dívida líquida / EBITDA" em 15% ao longo de 2019, encerrando o ano em 3,0x.

Mantendo o compromisso com o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, investimos R\$ 4,4 bilhões, volume 15,7% superior ao empenhado em 2018, dos quais 89% em redes e 7% em geração de energia renovável. Em nosso negócio de redes, verificamos um crescimento da energia injetada de 4,0%, alavancado principalmente pelo crescimento da Coelba de 6,1%. Em 2019 consolidamos nossa trajetória de melhoria contínua da qualidade e reduzimos o DEC médio das distribuidoras em 1,7 horas, mantendo-as de forma estruturada, enquadradas nos limites regulatórios.

O índice de perdas das distribuidoras do grupo se manteve estável ao longo do ano, apesar de pequenas oscilações entre as diferentes empresas do Grupo. Destacamos ainda a melhoria na cobertura tarifária da Elektro (aumento de 1,4 p.p.) estabelecida na 5ª Revisão Tarifária Periódica desta distribuidora. A performance de nossas distribuidoras foi reconhecida pelo Prêmio ABRÁDEE, onde Elektro e Cosern se classificaram como as duas melhores concessionárias do Brasil, enquanto Coelba e Celpe se destacaram por sua evolução em relação ao desempenho nos anos anteriores.

No segmento de transmissão seguimos com a ampliação de nosso portfólio e no leilão realizado em dezembro de 2019 arrematamos o lote 9, localizado no oeste da Bahia, que reforçará o suprimento da região. Reafirmando o compromisso com a eficiência na construção e gestão de ativos, concluímos entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, mais de 1 ano antes do prazo regular e com investimentos significativamente menores que os estimados no edital do leilão, dos lotes arrematados no certame de abril/2017.

O ano também foi marcado pela expansão da nossa capacidade de geração renovável. No primeiro trimestre de 2019 concluímos a construção da usina hidroelétrica de Baixo Iguaçu, com capacidade instalada de 350 MW, e ao final do ano a usina de Belo Monte chegou a sua capacidade total de geração, 11.233 MW, concluindo o processo de construção da Usina.

Comprometidos com o combate às mudanças climáticas e com a economia de baixo carbono estamos expandindo nossa capacidade de geração eólica, com o desenvolvimento do complexo eólico Oitis no Piauí, um parque eólico com 566,5 MW e um novo modelo de negócios caracterizado pela comercialização de 96% da energia no mercado livre. Destacamos também a antecipação do início da construção do complexo eólico de Chafariz, na Paraíba. Com a conclusão destes parques a Neenergia alcançará a marca de 90% de capacidade instalada renovável, um perfil ainda mais limpo que o da matriz elétrica brasileira.

Em virtude de nossa atuação sustentável e o desenvolvimento de projetos que respeitam o meio ambiente, realizamos em 2019 a maior emissão de debêntures verdes do país, conhecidas como *greenbonds*, um total de R\$1,3 bilhão, que somados às outras fontes de financiamento perfazem R\$ 10 bilhões em captações no ano, entre operações desembolsadas e contratadas. Grande parte destes recursos será alocada na expansão dos negócios de energias renováveis e Redes.

Engajados com a Agenda 2030 e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), investimos no desenvolvimento das pessoas, da economia local e na redução de desigualdades. Em 2019, concluímos o primeiro ano de consolidação do Instituto Neenergia, que reúne nossas iniciativas de apoio a projetos sociais, culturais e ambientais. Desta forma, através da gestão destes projetos, beneficiamos mais de 16 mil pessoas, equipamentos culturais, fauna e flora, iniciativas que, associadas ao programa de Voluntariado, contribuem para o engajamento de toda a organização com estes compromissos.

Outro projeto que gostaríamos de destacar é a Escola de Eletricistas, que tem nos permitido uma grande contribuição social na capacitação da população das comunidades onde atuamos e que amplia a oferta de profissionais habilitados a trabalhar em redes elétricas de forma segura, cabendo um destaque especial às duas primeiras escolas de eletricistas exclusivas para mulheres na Bahia e Pernambuco.

Para sustentar estes resultados contamos com um time engajado, focado na excelência operacional e alinhado ao propósito e valores da Neenergia e, como acreditamos que o desempenho é alavancado por nossos talentos, investimos no desenvolvimento profissional. Ao longo de 2019 fizemos 1.195 promoções, preenchendo 77% das vagas com recrutamento interno e realizamos mais de 739 mil horas de capacitação.

Resaltamos também nossos valores de integridade e responsabilidade, fomos reconhecidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Apex-Brasil, pelo terceiro ano consecutivo, com o Selo Pro-Ética, o que simboliza nossa jornada contínua e o empenho de todos os colaboradores. Essa trajetória de entrega e credibilidade são as alavancas que impulsionaram o sucesso do nosso estrea na B3 e o consequente aumento do valor das ações. Continuamos recebendo recomendação positiva dos analistas e o volume médio de R\$ 67 milhões por dia garante a liquidez de nosso papel.

Finalmente, gostaria de agradecer o esforço, compromisso e dedicação de todo o time da Neenergia e a confiança de nossos acionistas que acreditam em nosso potencial. Asseguro que os bons resultados da Companhia não estarão circunscritos a 2019. Baseado em uma sólida estratégia de crescimento sustentável e em uma atuação consistente e responsável continuaremos criando valor a todos os nossos *stakeholders*.

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Coelba detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e dos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura societária da Coelba era a seguinte: 96,65% da Neenergia e 3,35% em *free float*.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2019 se iniciou com uma alta taxa de desemprego e baixo índice de utilização da capacidade da indústria, fazendo com que a economia operasse com alto nível de ociosidade dos seus fatores de produção. O início da agenda de reformas, marcado pela aprovação da reforma da Previdência, a redução das taxas de juros, a inflação controlada, aliado a estímulos pontuais como a liberação de recursos do FGTS e PIS-PASEP, contribuíram para que a economia brasileira, no segundo semestre, apresentasse – ainda que de forma tímida – os primeiros sinais de recuperação. No cenário externo, o ambiente se mostrou relativamente favorável para economias emergentes, potencializado pela provisão de estímulos monetários nas principais economias.

No que se refere à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2019 em 4,31% (3,75% em 2018). Com relação ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado), o índice acumulou alta de 7,30% de janeiro a dezembro de 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), ficando em um patamar mais baixo do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2019 em 4,50% a.a. (vs. 6,50% a.a. registrado no final de 2018), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, além de registrar o menor patamar histórico.

No mercado de energia, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, houve um aumento do consumo de energia em 1,3% no comparativo de 12 meses. Esse aumento se deve principalmente em função da elevação do consumo nas classes comercial e residencial, impulsionada pela ocorrência de altas temperaturas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste e pela melhora gradual da economia, que impulsionou o consumo das famílias.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Aspectos Gerais

3.1.1. Modernização do Setor

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. O consumidor está cada vez mais empoderado, novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira.

Em 4 de abril de 2019, através da Portaria nº 187, foi instituído pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") o Grupo de Trabalho para Modernização do Setor. Ao longo de 2019 foram promovidos workshops e consultas públicas sobre os temas diversos, desde sustentabilidade da distribuição até mecanismos de suporte à expansão da geração, como separação entre lastro e energia.

Nessa linha tramitam no Legislativo duas propostas de reforma do Setor Elétrico: o PL 1.917/2015, na Câmara dos Deputados, e o PLS 232/2016, no Senado Federal. Uma das ações concretas no sentido do que se pretende com a modernização foi a publicação, em 12 de dezembro de 2019, pelo MME da Portaria nº 465, reduzindo os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia. De acordo com a nova Portaria, a partir de 1º de janeiro de 2021 o limite passará a ser 1.500 kW, a partir de 1º de janeiro de 2022, 1.000 kW e a partir de 1º de janeiro de 2023, 500 kW. Antes da publicação dessa Portaria o limite era 2.500 kW e a partir de 1º de janeiro de 2020 passa a ser 2.000 kW. A Portaria definiu ainda que, até 31 de janeiro de 2022, a ANEEL e a CCEE deverão apresentar estudo sobre as medidas necessárias para permitir a abertura do mercado para consumidores com carga inferior a 500 kW.

3.2. Distribuidoras

3.2.1. Tarifas

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato de concessão a ANEEL estabeleceu que as tarifas de fornecimento pudessem ser atualizadas por meio de três mecanismos: Reajuste Tarifário Anual, Revisão Tarifária Periódica e Revisão Tarifária Extraordinária. Em 2019, a Coelba passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual. As novas tarifas entraram em vigor a partir de abril de 2019, com vigência até 21 de abril de 2020. O efeito médio percebido pelos consumidores cativos em relação à tarifa anteriormente praticada foi um aumento de 6,22% para os clientes da COELBA.

3.2.2. Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Durante o ano de 2019 ocorreram ainda discussões importantes sobre aprimoramentos no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC, Custos Operacionais Regulatórios e Fator X a serem aplicados nos próximos anos, dentre outros. A seguir são destacadas as de maior relevância em 2019.

3.2.2.1. Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em outubro de 2019 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 26/2019 com o objetivo de obter subsídios para definição de metodologia de cálculo e atualização do WACC. Pela primeira vez, a ANEEL calculou o custo médio ponderado de capital para os três segmentos simultaneamente: geração, transmissão e distribuição. Dentre as propostas apresentadas pela ANEEL estão: (i) a padronização das janelas entre segmentos e atualização anual dos dados; (ii) adoção de uma taxa livre de risco nacional (NTNB), dispensando uso de risco país (já estaria embutido) e debêntures do setor elétrico brasileiro para definir taxa de capital de terceiros; (iii) estrutura de capital teórica considerando uma relação ótima de Dívida Líquida sobre o EBITDA equivalente a 2,5; e (iv) a definição de um prêmio de risco adicional para o segmento de distribuição. Ainda não houve decisão da ANEEL sobre o tema.

3.2.2.2. Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios

Em maio de 2019 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 11/2019 para obter subsídios acerca da metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios, e ser aplicada, a partir de 2020, aos processos de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica. O objetivo foi aprimorar a metodologia de cálculo dos custos operacionais regulatórios para estabelecer um critério adequado para a definição destes custos de modo que estejam alinhados com um objetivo de longo prazo de promover incentivos para eficiência do setor como um todo. A Consulta Pública consistiu basicamente em levantar uma série de perguntas técnicas para que as distribuidoras respondessem, ou seja, não havia inicialmente propostas por parte da ANEEL.

3.2.2.3. Fator X - Ganhos de Eficiência e Produtividade

Em abril de 2019, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 07/2019 para discutir a necessidade de refinamento da desvinculação entre receita e custos que ocorre no atual regime de tarifas (*price cap*, onde se define a tarifa e não a receita). Atualmente o valor da Parcela B é atualizado pela diferença entre o índice da variação da inflação, na maioria dos casos o IPCA, e o Fator X. Sem tal refinamento, estariam mantidos percentuais regulatórios de produtividade que não guardam relação com o histórico recente de variação do mercado ou com o compartilhamento de benefícios aos consumidores por ganhos de escala ou evolução técnica e tecnológica.

Em outubro de 2019, a ANEEL deu sequência às discussões abrindo a Consulta Pública nº 23/2019, onde propôs um mecanismo que considera os ganhos de produtividade dos últimos seis anos que antecederam o processo tarifário em processamento, buscando equilíbrio entre conjuntura e estabilidade. Caso aprovados, os ajustes na metodologia serão aplicados nos processos tarifários (reajustes ou revisões) a partir de 2020.

3.2.2.4. Atualização do Banco de Preços Referenciais do segmento de distribuição de energia

Em setembro de 2019 a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 36/2019 para o aprimoramento da proposta de atualização do Banco de Preços Referenciais do segmento de distribuição de energia elétrica, conforme disposto no PRORÉT. A proposta apresentada pela ANEEL é a de atualização dos valores dos Componentes Menores e dos Custos Adicionais e redistribuição dos grupamentos de empresas, a partir do reposicionamento das empresas de pequeno porte e da divulgação de novos valores dos módulos do Banco de Preço Referencial, considerando apenas atualização dos preços praticados até então. Ainda não houve decisão da ANEEL sobre o tema.

3.2.2.5. Conta ACR

Em 20 de março de 2019, a ANEEL, através do Despacho nº 871/2019, autorizou a antecipação do fim do pagamento das cotas da CDE relativas à Conta do Ambiente de Contratação Regulado - ACR, referentes ao empréstimo intermediado pela CCEE em 2014 para cobrir custos com a exposição involuntária no mercado de curto prazo das distribuidoras. Tal empréstimo começou a ser pago a partir de 2015, e seria quitado em abril de 2020, porém a utilização do fundo de reserva da conta permitiu a antecipação da última parcela para o mês de agosto de 2019, o que contribuiu para a redução dos encargos pagos pelos consumidores na conta de energia.

3.2.2.6. Comercialização

Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE

A partir de 2019, passou a ser processado o Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE, um mecanismo opcional, onde a distribuidora pode vender suas sobras contratuais para o mercado livre. Por princípio é um mecanismo de risco, pois as distribuidoras definem um preço de venda e o resultado financeiro dependerá do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, bem como do preço médio de compra da distribuidora e da sua posição contratual. Além disso, é um mecanismo assimétrico, pois os ganhos advindos da venda do excedente contratual serão compartilhados com os consumidores, enquanto que os prejuízos são integrais da distribuidora. Apenas no caso de se estar acima de 105% e sem direito a involuntariedade é que tanto os ganhos como os prejuízos são integrais da distribuidora.

Em junho de 2019, na Audiência Pública nº 25/2019, a ANEEL apresentou proposta de cálculo para a apuração financeira dos resultados do MVE. No modelo apresentado pela ANEEL, a apuração dos efeitos do MVE seria mensal. Existem discussões no setor no sentido de apresentar uma metodologia cuja análise de sobrecontratação ocorra em base anual.

Mini e Microgeração Distribuída

Em janeiro de 2019, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 001/2019 propondo aprimoramentos das regras aplicáveis à micro e minigeração distribuída que é a geração pelo próprio usuário, de forma local ou remota. Estas regras foram estabelecidas através da Resolução Normativa nº 482/2012, criando um sistema de compensação da energia, em que o consumidor injeta o excedente de energia gerada na rede e utiliza em horário que não está gerando sem pagar pelo uso da rede de distribuição. Esse sistema de compensação tem provocado perdas para as distribuidoras desde a sua implantação em função de subsídios estabelecidos pela ANEEL sem a respectiva contrapartida, além de impactos tarifários para os consumidores convencionais, o que tem sido acentuado em função do crescimento exponencial desse mercado.

Em outubro de 2019, a ANEEL abriu a última etapa de discussões através da Consulta Pública nº 025/2019, apresentando minuta da resolução com as alterações propostas, corrigindo algumas distorções deste modelo, mas mantendo os benefícios para os consumidores existentes e período de transição para aplicação das regras definitivas. A previsão para conclusão da revisão da norma é no primeiro semestre de 2020.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2019 com 6.105 mil consumidores, que corresponde ao incremento de 1,9%, equivalente a 112 mil novos consumidores em relação a 2018.

COELBA	Participação no Total %		2019 / 2018	
	2019	2018	2019	2018
Número de Consumidores (Em milhares)				
Residencial	5.385	5.271	88,2%	88,0%
Industrial	14	14	0,2%	0,2%
Comercial	426	397	7,0%	6,6%
Rural	201	232	3,3%	3,9%
Outros	80	79	1,3%	1,3%
Total	6.105	5.993	100%	100%
			112	1,9%

4.2. Evolução do Mercado

COELBA	Participação no Total %		4T19 / 4T18		COELBA		Participação no Total %		2019 / 2018	
	4T19	4T18	4T19	4T18	Dif.	%	2019	2018	2019	2018
Energia Distribuída - Mercado Cativo (GWh)										
Residencial	1.931	1.840	42,1%	42,6%	92	5,0%	7.326	7.025	42,7%	42,5%
Industrial	368	395	8,0%	9,2%	(27)	(6,9%)	1.435	1.576	8,4%	9,5%
Comercial	900	873	19,6%	20,2%	27	3,1%	3.404	3.299	19,8%	20,0%
Rural	664	503	14,5%	11,6%	161	32,1%	2.212	1.956	12,9%	11,8%
Outros	726	711	15,8%	16,4%	15	2,1%	2.790	2.666	16,3%	16,1%
Energia Distribuída - Mercado Cativo Total	4.590	4.322	100%	100%	268	6,2%	17.166	16.522	100%	100%
 Mercado Livre	1.044	935					4.062	3.610		
TOTAL (Cativo + Livre)	5.635	5.257	100%	100%	378	7,2%	21.228	20.132	100%	100%

A energia distribuída (cativo + livre) pela Coelba no 4T19 foi maior em 7,2%, com relação ao mesmo período de 2018, alcançando o patamar de 5.635 GWh. Com relação ao acumulado do ano, a energia distribuída foi de 21.228 GWh, um desempenho 5,4% maior do que o de 2018.

Fortemente influenciada pelo aumento da temperatura no 4T19, com relação ao 4T18, a classe residencial registrou aumento de 5,0% no trimestre em análise. No ano, o crescimento foi de 4,3%, atribuído às temperaturas mais elevadas na comparação com 2018 e ao aumento da base de clientes.

A classe industrial cativa, cuja retração foi de 6,9% no 4T19, frente a igual trimestre de 2018, teve seu comportamento influenciado pela migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A análise da classe industrial cativo + mercado livre revela um aumento de 6,2% no trimestre e de 6,0% no ano.

O crescimento da classe comercial cativa no 4T19, frente a 4T18, foi de 3,1%; no ano, o crescimento foi de 3,2%. Esse desempenho está compatível com o volume de vendas do comércio da Bahia. A classe rural aumentou 32,1% no 4T19 comparado ao mesmo período de 2018 explicado pelo período de seca nas áreas intensivas em irrigação. No ano, o crescimento foi de 13,1%.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia entregue aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livre + perdas) atingiu o patamar de 6.572 GWh no 4T19, volume 8,3% superior ao 4T18 em virtude das maiores temperaturas e do aumento da base de clientes. Do total da energia injetada, 69,8% foi destinada ao consumo cativo, 15,9% para o consumo do mercado livre. O restante é considerado como perdas totais do trimestre (perdas técnicas e não técnicas). No ano, a energia injetada pela Coelba cresceu 6,1% vs. 2018, impulsionada pelas maiores temperaturas e maior base de clientes, atingindo 25.061 GWh, dos quais 68,5% foram destinados ao mercado cativo e 16,2% ao mercado livre.

COELBA	BALANÇO ENERGÉTICO (Gwh)		4T19 x 4T18		2019		2018		2019 x 2018	
	4T19	4T18	Dif	%	2019	2018	2019	2018	Dif	%
Mercado Cativo	4.590	4.322	268	6,2%	17.166	16.522	644	3,9%		
Mercado Livre + Suprimento	1.044	935	110	11,7%	4.062	3.610	452	12,5%		
Energia Entregue (A)	5.635	5.257	378	7,2%	21.228	20.132	1.096	5,4%		
Perdas Totais (B)	937	811	126	15,5%	3.833	3.484	349	10,0%		
Energia Injetada (C) = (A) + (B)	6.572	6.068	504	8,3%	25.061	23.616	1.445	6,1%		
PT/ Energia Requerida % (B)/(C)	14,3%	13,4%	0	6,7%	15,3%	14,8%	0,54%	3,7%		

NOTA: Os números no Balanço Energético refletem o trimestre e o ano, desta forma o índice de PT/ Energia Requerida não deve ser o mesmo informado do item 4.4 Perdas, que apresenta percentual acumulado nos últimos 12 meses.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a comparação dos índices de 2018 e 2019 da Coelba.

COELBA	Perdas					
	Perda Técnica		Perda Não Técnica		Perda Total	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
	11,07%	11,01%	3,68%	4,29%	14,75%	13,85%
						15,29%
						14,43%

NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2019 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. O indicador de dezembro de 2018 foi ajustado para a apuração definitiva.

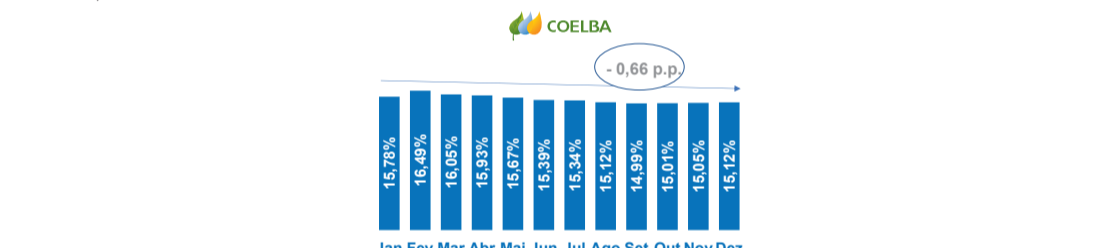
Apesar da piora do índice de perdas totais de 14,75% em 2018 para 15,29% em 2019, devido às maiores temperaturas observadas em 2019, a distância para a meta regulatória diminuiu.

4.4.1 Perdas Reais

As perdas de energia reais são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada, e a energia fornecida/faturada somadas à energia não fornecida/faturada.

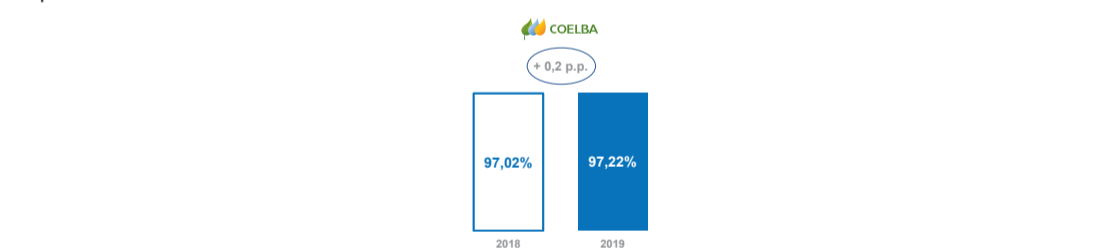
A Companhia segue atuando no Plano de Redução de Perdas e no ano de 2019 as principais realizações foram: realização de mais de 187 mil inspeções, substituição de rede de distribuição convencional por uma rede blindada em áreas de alta complexidade social, regularização de mais de 18 mil ligações clandestinas, atualização de mais de 513 mil pontos de iluminação pública no cadastro, substituição de mais de 237 mil medidores de energia obsoletos por equipamentos mais modernos e diversas operações com apoio policial.

A Coelba vem atuando de forma a apresentar redução constante e consistente de seu patamar de perdas ao longo de 2019, encerrando o ano com índice de 15,12%.



4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia.



Todas as ações de cobrança são pautadas por modelos estatísticos que avaliam a propensão de pagamento do cliente, permitindo assim adotar estratégias diferenciadas de acordo com o perfil do cliente.

PECLD/ ROB	4T19	4T18	Var.	2019	2018	Var
COELBA	1,47%	0,79%	0,7 p.p.	1,13%	0,90%	0,23 p.p.

A inadimplência é medida pela relação entre valor provisionado para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) e o faturamento acumulado no ano em análise. Na Coelba, essa razão foi de 1,47% no 4T19 e de 1,13% no ano, desempenho favorável

5.1 EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T19	4T18	Variação		2019	2018	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	275,5	179,4	96,1	53,6%	1.009,5	638,6	370,9	58,1%
Despesas financeiras (B)	(596,9)	(779,0)	182,1	(23,4%)	(2.059,6)	(2.834,1)	774,5	(27,3%)
Receitas financeiras (C)	486,3	660,1	(173,8)	(26,3%)	1.577,6	2.447,0	(869,4)	(35,5%)
Imposto de renda e contribuição social (D)	(13,7)	(4,8)	(8,9)	185,4%	(153,6)	(121,5)	(32,1)	26,4%
Depreciação e Amortização (E)	(131,0)	(107,1)	(23,9)	22,3%	(492,6)	(421,0)	(71,6)	17,0%
EBITDA = (A-B+C+D+E)	530,7	410,2	120,5	29,4%	2.137,6	1.568,1	569,5	36,3%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T19	4T18	Variação		2019	2018	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita de aplicações financeiras	11,2	28,0	(16,8)	(60,0%)	39,8	98,2	(58,4)	(59,5%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	15,9	15,7	0,2	1,3%	55,3	55,5	(0,2)	(0,4%)
Encargos de dívida	(78,2)	(81,4)	3,2	(3,9%)	(312,7)	(285,1)	(27,6)	9,7%
Variações monetárias e cambiais - dívida	88,2	(35,2)	123,4	(350,6%)	(146,9)	(574,5)	427,6	(74,4%)
Variações monetárias e cambiais - outros	1,3	(4,9)	6,2	(126,5%)	(15,4)	(16,8)	1,4	(8,3%)
Instrumentos financeiros derivativos	(89,8)	5,6	(95,4)	(1703,6%)	88,4	481,4	(393,0)	(81,6%)
Atualização provisão para contingências/depósitos judiciais	(12,1)	(13,6)	1,5	(11,0%)	(44,7)	(33,1)	(11,6)	35,0%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	3,8	10,4	(6,6)	(63,5%)	24,0	26,1	(2,1)	(8,0%)
Obrigações pós emprego	(17,5)	(18,7)	1,2	(6,4%)	(70,1)	(74,8)	4,7	(6,3%)
Arrendamentos	(0,5)	-	(0,5)	-	(2,0)	-	(2,0)	-
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(32,8)	(24,7)	(8,1)	32,8%	(97,5)	(63,9)	(33,6)	52,6%
Total	(110,5)	(118,9)	8,4	(7,1%)	(481,9)	(387,0)	(94,9)	24,5%

A Companhia apresentou como resultado financeiro líquido uma despesa de R\$ 110,5 milhões no 4T19 contra R\$ 118,9 milhões no 4T18, variação favorável de 7,1%. No acumulado do ano, o resultado financeiro registrou despesa financeira de R\$ 481,9 milhões, montante 24,5% pior do que a despesa registrada em 2018. Desse total, o resultado de dívida e de gestão do caixa apresenta piora na comparação entre os anos de R\$ 51,4 milhões, dos quais R\$ 86,0 milhões advêm de piora nas receitas de aplicações financeiras e encargos de dívidas e R\$ 34,6 milhões advêm de melhoria nas variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhado abaixo:

(i) Em 2019 houve um aumento de 14,2% no volume médio de dívida da empresa em relação ao mesmo período do ano anterior devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia. Esse efeito representou uma variação desfavorável de R\$ 55,9 milhões, comparado a 2018.

(ii) Em contrapartida, o plano de gestão de passivos e a queda do CDI, o principal indexador da dívida da Coelba, em 0,46 pontos percentuais e a queda da TJLP em relação a 2018, resultaram em redução do custo médio da dívida, registrando uma variação favorável de R\$ 54,2 milhões nas despesas financeiras com dívida em 2019 vs. 2018.

(iii) Além disso, houve crescimento dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento – JOA), que representou em um efeito de R\$ 8,7 milhões;

A linha de Renda de Aplicações Financeiras apresentou resultado negativo comparado a 2018 de R\$ 58,4 milhões, impactado pela redução no volume das disponibilidades, ocasionada principalmente pela execução de Capex, distribuição de proventos e pela redução de 0,46 pontos percentuais no CDI acumulado do período.

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2018 e 2019:

Índices	2019	2018	Δ	%
CDI	5,96%	6,42%	-0,46%	-7,17%
TJLP	6,20%	6,72%	-0,52%	-7,74%
USD	4,0307	3,8748	0,16	4,02%
IPCA	4,31%	3,75%	0,56%	14,93%

6. INVESTIMENTOS

No 4T19, a Coelba realizou Capex de R\$ 379,5 milhões. Em 2019, o CAPEX atingiu o montante de R\$ 1.641,6 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede e renovação de ativos.

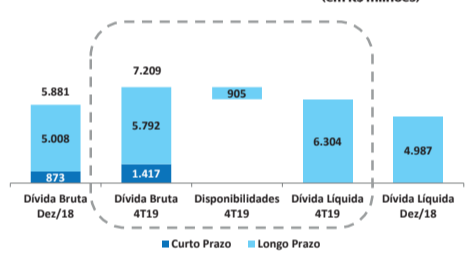
INVESTIMENTOS REALIZADOS	COELBA	
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)	4º TRI	YTD
Expansão de Rede	(370,8)	(1.321,6)
Programa Luz para Todos	(183,4)	(568,1)
Novas Ligações	(109,8)	(462,5)
Novas SE's e RD's	(77,6)	(291,0)
Renovação de Ativos	(61,8)	(250,7)
Melhoria da Rede	(68,6)	(237,1)
Perdas e Inadimplência	(20,6)	(70,9)
Outros	(162,4)	(234,9)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	19,5	(103,5)
(=) Investimento Bruto	(664,6)	(2.218,7)
SUBVENÇÕES	304,7	473,6
(=) Investimento Líquido	(360,0)	(1.745,1)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(19,5)	103,5
(=) CAPEX	(379,5)	(1.641,6)

Os investimentos realizados 4T19 foram aderentes ao planejado pela Companhia para o período. O nível adequado de investimentos reflete a política da Coelba para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

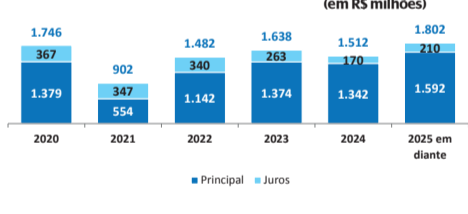
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2019, a dívida bruta da COELBA, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 7.209 milhões (dívida líquida R\$ 6.304 milhões), apresentando um aumento de 23% (R\$ 1.328 milhões) em relação a dezembro de 2018. Em relação a segregação do saldo devedor, a COELBA possui 80,3% da dívida contabilizada no longo prazo e 19,7% no curto prazo. As dívidas da Coelba possuem *covenants* apurados no nível individual e na Holding Neoenergia, que é a garantidora das operações.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, as quais consideram os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



8. RATING

Em 24 de janeiro de 2019, a Standard & Poor's – S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes "brAAA" na Escala Nacional Brasil, com perspectiva estável. Na mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissões "brAAA" da Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, e "brAAA" da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco. Em 10 de dezembro de 2019, a Standard & Poor's – S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo da Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em "BB" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, alterando a perspectiva de estável para positiva, refletindo o rating soberano do Brasil, que limitamos os da Neoenergia. Nesta mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissão "brAAA" da Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, e "brAAA" da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Tarifas

Grupo de Consumo	abr/19
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	5,09%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	6,67%
Efeito tarifário médio AT+BT	6,22%
Início da Vigência	22-abr-19
Processo Revisional	Reajuste Anual
Próxima Revisão Tarifária	abr/23

9.2. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.



Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2019	2018	2019 / 2018	
			Dif.	%
Convencional	4.286	4.304	(18)	-0,4%
Baixa Renda	1.100	968	132	13,6%
Total	5.385	5.271	114	2,2%

9.3. Programa Luz para todos

O Programa Luz para Todos – PLPT foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos para dezembro de 2022.

Atualmente, a Coelba realiza a gestão do maior programa de eletrificação rural do país, com investimento acumulado de cerca de R\$ 5,6 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e do Governo Estadual, atingindo a marca de 651.480 ligações. Em 2019 foram realizadas 26.034 ligações, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Programa Luz para Todos	
até 2009	353.209
de 2010 a 2015	209.453
em 2016	21.629
em 2017	19.439
em 2018	21.716
em 2019	26.034
Total Ligações executadas	651.480

9.4. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no website da Companhia (<http://ri.neoenergia.com/governanca/codigos-e-politicas/>). No ano de 2019, a Coelba deliberou os seguintes proventos:

(i) Dividendos sobre a conta de Reservas de Lucros existentes em dezembro de 2017, no montante de R\$ 500.000 mil, pagos em 27 de fevereiro, deliberados na Reunião do Conselho de Administração de 14 de fevereiro;

(ii) Dividendos Adicionais, no montante de R\$ 266.481 mil, pagos em 10 de dezembro, deliberados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril;

(iii) Juros sobre Capital Próprio nos montantes de:

• R\$ 163.000 mil, pagos em 07 de agosto, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho;

• R\$ 134.945 mil, com previsão de pagamento para até 30 de junho de 2020, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2019 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020.

9.4.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo.

O Sistema de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia, aplicável à Companhia, reúne as normas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira na Missão, Visão e Valores e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos-chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados. Conselho de Administração

Integrado atualmente por seis representantes titulares e um suplente dos acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar

os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por até cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

Diretoria Executiva

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

9.4.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia acredita e investe na melhoria contínua do ambiente de trabalho e, para isso, realiza anualmente a Pesquisa de Clima Organizacional. Em 2019, a Pesquisa foi aplicada para todos os colaboradores, atingindo 95% de adesão. Os resultados apontaram que 97% dos participantes sentem orgulho em fazer parte do Grupo Neoenergia, confirmando seu engajamento e confiança no futuro da organização.

Em 2019 foram investidos R\$10,7 milhões em atividades voltadas para a formação de pessoas, com mais de 739 mil horas de treinamento. Este foi um ano de consolidação dos programas de desenvolvimento dos nossos colaboradores, em todos os níveis, mas também de investimento em formação na comunidade. O Grupo Neoenergia continuou investindo na Escola de Eletricistas da Neoenergia, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-as para atuar como eletricistas. Em 2019 foi lançada a 1ª Escola de Eletricistas exclusiva para Mulheres, dando um passo a mais em nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Também foi implementado o Programa Líder, que fortaleceu em nossos líderes as competências de gestão e 300 líderes concluíram a trilha inicial do Programa, com treinamentos presenciais, realizados em parceria com escolas de liderança especializadas.

Para os nossos profissionais (analistas e especialistas) foi desenvolvido o Programa Inspiração, que proporcionou discussões importantes para suas carreiras, estimulando seu protagonismo e inovação.

A Neoenergia manteve seu foco em sucesso, com mais de 70% de suas vagas sendo preenchidas por promoções internas de seus colaboradores, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento de seus talentos.

Ainda em 2019 ocorreu mais uma edição do nosso Programa de Voluntariado, que além de ser uma forma de atuar alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aproxima também as empresas das comunidades.

Com ações como essa a Neoenergia estimula a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo e o alinhamento entre seus colaboradores e times, preparando-os dia-a-dia para que evoluam em suas carreiras e assegurem os melhores resultados para o Grupo.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

A Sustentabilidade é um dos valores da cultura do Grupo Neoenergia, cujo propósito é "continuar construindo, de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível". Somos referência em energias renováveis e trabalhamos para ser um modelo de inspiração, criando valor econômico, social e ambiental em toda nossa volta e pensando no futuro.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade do Grupo determinam os princípios gerais e as bases que devem reger a estratégia da Companhia para garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação de todas as empresas controladas ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), especialmente em relação aos objetivos 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

Em 2019, o Grupo Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (<https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/moelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade>).

10.2. Inovação

Em 2019, o Grupo Neoenergia adotou diversas iniciativas com foco na promoção da cultura de inovação, melhoria contínua, estímulo ao pensamento inovador e geração de valor através de jornadas que envolveram colaboradores, estudantes e parceiros. A Companhia busca incorporar iniciativas de diferentes graus de complexidade e duração, enquanto investe em projetos estruturantes para o Grupo, seja através do programa de P&D regulado pela

Anel ou de projetos que favoreçam a experimentação em cada uma de suas áreas corporativas e de negócio. Dentro das linhas estratégicas, os temas de transformação digital e experiência dos clientes foram alguns destaques.

Assim, destacam-se os projetos de transformação das redes elétricas (Energia do Futuro) e da transformação do relacionamento e experiência do cliente (Conexão Digital). O primeiro projeto prevê a completa modernização e digitalização da rede nas cidades de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista, na Elektro. Em estágio avançado de implantação, o projeto Energia do Futuro será totalmente concluído no início de 2020 e permitirá a melhoria da qualidade, redução de perdas e disponibilização de informações de consumo para os clientes através de aplicativos, usando uma rede celular privada, medidores inteligentes e esquemas de self-healing da rede. O segundo projeto, Conexão Digital, com apoio dos recursos de P&D Anel, terá sua implantação acelerada a partir de 2020, com a completa digitalização da experiência dos nossos clientes em todo o Grupo, incluindo a integração de canais, novas funcionalidades e facilidades em nosso aplicativo e processos internos que proporcionarão mais agilidade, qualidade e informações para os clientes.

10.3. Educação e Cultura

Em 2019, tem destaque o projeto voltado para educação, realizado em parceria com a Agência Nacional de Notícias das Favelas – ANF, para a formação de 50 jovens em agentes de comunicação comunitária em Salvador e Recife.

No que tange a esfera cultural, as principais iniciativas foram no Estado da Bahia com o apoio a 9ª Festa Internacional Literária da cidade de Cachoeira – FLICA e no Estado do Rio Grande do Norte por meio do incentivo e apoio a projetos culturais via Lei Câmara Cascudo.

10.4. Instituto Neoenergia

Em 2019, o Instituto Neoenergia fez a gestão de 18 projetos em sete estados do Brasil, nas áreas de atuação das empresas do Grupo Neoenergia. Os projetos, que tiveram cerca de 16.600 beneficiados diretos e contribuíram diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, dividem-se em quatro pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura e Ação Social. Entre eles, pode-se destacar o programa Impacto, que potencializou cinco ONGs e negócios de impacto em Salvador para que possam se desenvolver, aperfeiçoar seus processos de gestão e maximizar o seu impacto social, por meio de mentorias e cursos, e o Balcão de Ideias e Práticas Educativas, que visa a redução das desigualdades educacionais de crianças da rede municipal de ensino, capacitando 1.111 professores em 2019. No âmbito da cultura, o Instituto passou a gerir os editais culturais da Neoenergia, com o lançamento do programa Transformando Energia em Cultura no Rio Grande do Norte. Foram 18 projetos socioeducacionais selecionados dentre 158 inscritos. O Instituto também se associou ao GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, que tem por objetivo a promoção do investimento social privado no país.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia abrange as distribuidoras do Grupo e tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2019 contou com investimento total de R\$ 50,4 milhões nas quatro distribuidoras. Entre as ações que merecem destaque em 2019 estão:

• Projetos Educativos em escolas públicas sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica, capacitando 5.991 professores e 111.728 alunos das áreas de concessão das distribuidoras;

• Projeto Vale Luz, que consiste na troca de resíduos sólidos por desconto na conta de energia, com reciclagem de 990 toneladas de resíduos neste ano;

• Troca de lâmpadas com ação em comunidades populares com substituição de mais de 420 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais das 4 distribuidoras do Grupo;

• Eficientização de 1.023 prédios públicos e assistenciais (escolas públicas, unidades de saúde, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão das distribuidoras, beneficiando 341 unidades na Bahia, 213 unidades em Pernambuco, 110 unidades no Rio Grande do Norte e 359 unidades em São Paulo, com a substituição de quase 350 mil lâmpadas; e

• Projeto de Inovação em Eficiência Energética para Startups em parceria com o SENAI/CIMATEC. Foram contratadas duas startups para desenvolver soluções que ofereçam aos consumidores a possibilidade de monitorar o consumo de energia em tempo real, identificar suas principais cargas, e reconhecer como, onde e quando a energia é consumida.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes; (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas; (iii) Recuperação de Energia; (iv) Qualidade e Confiabilidade; e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2019, as empresas do Grupo investiram R\$ 34 milhões em P&D, dos quais R\$ 27,2 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo destacamos em nossas linhas estratégicas os principais projetos do Grupo.

Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade: Projeto "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes" que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema no que diz respeito à comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, interoperabilidade de medidores inteligentes, entre outros. Este projeto teve contribuições relevantes para os processos internos das nossas distribuidoras.

Sustentabilidade do Negócio: (i) Projeto "Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)" que possibilita a otimização da operação das us

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO		2019				2018			
		R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)		10.219.292				9.237.364			
Resultado Operacional (RO)		1.644.996				1.147.107			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		502.948				416.231			
Valor Adicionado Total (VAT)		7.605.789				7.548.021			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação		44.389	8,83%	0,43%	0,58%	30.150	7,24%	0,33%	0,40%
Encargos sociais compulsórios		104.884	20,85%	1,03%	1,38%	89.446	21,49%	0,97%	1,19%
Previdência privada		8.738	1,74%	0,09%	0,11%	(606)	-0,15%	-0,01%	-0,01%
Saúde		60.819	12,09%	0,60%	0,80%	42.799	10,28%	0,46%	0,57%
Segurança e saúde no trabalho		4.274	0,85%	0,04%	0,06%	10.434	2,51%	0,11%	0,14%
Educação		1.286	0,26%	0,01%	0,02%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura		477	0,09%	0,00%	0,01%	763	0,18%	0,01%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional		5.001	0,99%	0,05%	0,07%	5.139	1,23%	0,06%	0,07%
Creches ou auxílio-creche		5.953	1,18%	0,06%	0,08%	6.006	1,44%	0,07%	0,08%
Esporte		304	0,06%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte		652	0,13%	0,01%	0,01%	835	0,20%	0,01%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados		53.586	10,65%	0,52%	0,70%	42.695	10,26%	0,46%	0,57%
Outros		-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos		290.363	57,73%	2,84%	3,82%	227.661	54,70%	2,46%	3,02%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação		116	0,01%	0,00%	0,00%	1.591	0,14%	0,02%	0,02%
Cultura		350	0,02%	0,00%	0,00%	30.000	2,62%	0,32%	0,40%
Saúde e Saneamento		-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte		-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social		176.903	10,75%	1,73%	2,33%	261.000	22,75%	2,83%	3,46%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico		38.542	2,34%	0,38%	0,51%	34.518	3,01%	0,37%	0,46%
Outros		1.050	0,06%	0,01%	0,01%	500	0,04%	0,01%	0,01%
Total das Contribuições para a Sociedade		216.961	13,19%	2,12%	2,85%	327.609	28,56%	3,55%	4,34%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)		3.415.182	207,61%	33,42%	44,90%	2.932.934	255,68%	31,75%	38,86%
Total - Indicadores sociais externos		3.632.143	220,80%	35,54%	47,75%	3.260.543	284,24%	35,30%	43,20%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa		312.050	18,97%	3,05%	4,10%	302.036	26,33%	3,27%	4,00%
Investimento em programas e/ou projetos externos		17.422	1,06%	0,17%	0,23%	18.631	1,62%	0,20%	0,25%
Total dos investimentos em meio ambiente		329.472	20,03%	3,22%	4,33%	320.667	27,95%	3,47%	4,25%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.		105		119					
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente		46		19					
Passivos e contingências ambientais.		35		119					
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	(x) Cumpre de 76 a 100%	() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	(x) Cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		2019				2018			
Nº de empregados(as) ao final do período		4.212				3.729			
Nº de admissões durante o período		688				1.153			
Nº de desligamentos durante o período		205				321			
Nº de empregados(as) terceirizados		16.103				13.149			
Nº de estagiários(as)		185				177			
Nº de empregados acima de 45 anos		510				431			
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:									
menores de 18 anos		0				0			
de 18 a 35 anos		2.008				2.226			
de 36 a 60 anos		1.918				1.471			
acima de 60 anos		286				32			
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:									
analfabetos		0				0			
com ensino fundamental		30				2.536			
com ensino médio		3.001				50			
com ensino técnico		74				74			
com ensino superior		963				930			
pós-graduados		144				139			
Nº de empregados por sexo:									
homens		3.409				3.006			
mulheres		803				723			
% de cargos de chefia por sexo:									

homens	73%	72%
mulheres	27%	28%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	653	746
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4%	33%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	126	116
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	242.800	161.540
Administradores	1.566	9.048
Terceirizados	0	0
Autônomos	0	0

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		2019			2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		50,41			52,09		
Nº total de acidentes de trabalho		35			19		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerência	() todos (as) os empregados (as)	() direção	(x) direção e gerência	() todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerência	() todos(as) + CIPA	(x) todos (as) os empregados (as)	(x) direção e gerência	() todos(as) + CIPA	() todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Contencioso Cível:							
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):							
Na Empresa		49.768			47.958		
No Procon		1.651			1.922		
Na Justiça		40.242			51.846		
% das reclamações e críticas solucionadas:							
Na Empresa		100%			100%		
No Procon		100%			100%		
Na Justiça		94%			86%		
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça		80.989			71.290		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:		Diagnósticos de causas raiz; intervenções com as áreas operacionais e atendimento; insumo para comunicação proativa ao cliente; retroalimentação do processo; mensuração estatística e qualitativa de problemas; atuação preventiva de possíveis objetos e acompanhamento do índice de esforço do cliente.			Diagnósticos de causas raiz; intervenções com as áreas operacionais e atendimento, equalização do processo de gestão de reclamações, insumo para comunicação proativa ao cliente, retroalimentação do processo, mensuração estatística e qualitativa de problemas, atuação preventiva de possíveis objetos.		

Contingências e passivos trabalhistas:			
Número de processos trabalhistas:			
movidos contra a entidade		390	282
julgados procedentes		370	493
julgados improcedentes		203	111
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça		25.703	12.205
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$)			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		7.605.789	7.548.021
Ao Governo (%)		53,86%	49,11%
Aos Colaboradores (%)		5,77%	4,79%
Aos Acionistas (%)		13,28%	8,45%
A terceiros (%)		27,09%	37,65%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES
 CNPJ: 15.139.629/0001-94
 Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Francisco de Assis Diniz Carvalho Junior Fone: (21) 3235-2815 E-mail: francisco.carvalho@neoenergia.com
 Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
 Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
 Informações não examinadas pelos auditores independentes.
 * Reversão da reserva superavitária do plano de previdência.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	851.830	883.954
Contas a receber de clientes e outros	6	1.956.899	1.641.966
Títulos e valores mobiliários	7	6.749	7.580
Instrumentos financeiros derivativos	14	270.224	11.129
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.1	105.882	190.558
Outros tributos a recuperar	8.2	888.631	160.174
Serviços em curso		23.393	18.246
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	211.301	268.602
Outros ativos circulantes		191.042	170.565
Total do ativo circulante		4.505.951	3.352.774
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	59.819	63.729
Títulos e valores mobiliários	7	46.386	3.158
Instrumentos financeiros derivativos	14	236.620	396.806
Outros tributos a recuperar	8.2	2.114.250	151.210
Impostos e contribuições diferidos	9	63.771	185.245
Depósitos judiciais	18	506.902	433.601
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	21.600	24.064
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	-	8.599
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11.1	6.086.876	4.757.847
Concessão do serviço público (ativo contratual)	11.2	1.979.798	2.000.895
Outros ativos não circulantes		11.256	14.734
Direito de uso de ativos		16.600	-
Intangível	12	3.295.652	3.137.904
Total do ativo não circulante		14.439.530	11.177.792
Ativo total		18.945.481	14.530.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2019	2018
Receita líquida	21	10.219.292	9.237.364
Custos dos serviços		(7.893.620)	(7.512.417)
Custos com energia elétrica	22	(4.988.938)	(4.693.063)
Custos de operação	23	(1.183.257)	(1.193.778)
Custos de construção		(1.721.425)	(1.625.576)
Lucro bruto		2.325.672	1.724.947
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	6	(124.844)	(86.082)
Despesas com vendas	23	(119.564)	(125.858)
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	23	(436.268)	(365.900)
Lucro operacional		1.644.996	1.147.107
Resultado Financeiro	24	(481.934)	(387.036)
Receitas financeiras		1.577.633	2.447.029
Despesas financeiras		(2.059.567)	(2.834.065)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.163.062	760.071
Imposto de renda e contribuição social	9	(153.564)	(121.514)
Corrente		(67.570)	(13.816)
Diferido		(85.994)	(107.698)
Lucro líquido do exercício		1.009.498	638.557
Lucro básico e diluído por ação do capital em - R\$:			
Ordinária		3,7336	2,6672
Preferencial A		3,7336	2,6672
Preferencial B		4,1069	2,9339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.009.498	638.557
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho (perda) na remensuração dos planos de benefícios pós-emprego	90.525	34.682
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(30.779)	(11.792)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	59.746	22.890
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho (perda) líquido em hedge de fluxo de caixa	13.826	(12.362)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(4.701)	4.203
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	9.125	(8.159)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	68.871	14.731
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	1.078.369	653.288
Atribuída a:		
Acionistas controladores	1.043.336	632.065
Acionistas não controladores	35.033	21.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	</		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital				Reserva de lucros				Outras Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de Distribuição	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Gastos com Emissão de Ações	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos Adicionais					
Saldos em 01 de janeiro de 2018	1.299.048	18.569	339.052	-	856.928	108.433	800.785	-	-	-	-	3.165.688	
Aumento de capital	1.689.114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.689.114	
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	393	
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.411	
(-) Gastos com Emissão de Ações	-	-	-	(1.661)	-	-	-	-	-	-	-	(1.661)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	638.557	-	638.557	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.890	-	22.890	
Efeito hedge de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.159)	-	(8.159)	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	-	31.928	-	-	-	-	-	(31.928)	
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	38.328	-	-	-	-	-	(38.328)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(306.232)	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(266.480)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.988.162	18.569	339.052	(1.661)	895.649	140.361	800.785	-	-	(242.396)	-	266.480	
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.988.162	18.569	339.052	(1.661)	895.649	140.361	800.785	-	-	(242.396)	-	266.480	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.009.498	-	
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(266.480)	
Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	330	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.746	-	59.746	
Efeito hedge de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.125	-	9.125	
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	-	-	-	-	50.475	-	-	-	-	-	(50.475)	
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	519.892	-	-	-	-	(519.892)	
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	141.185	-	-	-	-	-	(141.185)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(297.946)	
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	-	(500.000)	-	-	-	(500.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.988.162	18.569	339.052	(1.661)	1.036.834	190.836	820.677	-	330	(173.525)	-	5.219.274	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador - Bahia - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela NEOENERGIA S/A ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas e convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio em vigor na data da transação. Subsequentemente, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras na demonstração do resultado. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 27 de Estimativa de Valor Justo. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas detalhadas na nota explicativa 2.5. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Notas 21a e 21c, respectivamente); (ii) o registro de provisões da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 21b); (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (Nota 9); (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o grupo (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas 11 e 12); (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6); (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos (Nota 27); (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios; por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (Nota 18); (viii) reconhecimento dos valores a compensar (repassar) da Parcela A e outros itens financeiros (Nota 10); (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões (Nota 29). **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contra-prestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. (ii) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PPCLD"): As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisões por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). (iii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. (iv) Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge: Transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como *hedge accounting*. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa tem seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **b) Contrato de concessão de serviços públicos:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICP 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato, que fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica são classificados como ativo de contrato; (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro (direto residual) do poder concedente. (iii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. Dessa forma, a norma requer que todos os bens que integrem a infraestrutura de distribuição de energia elétrica, classificados como ativo de contrato, devam ser bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. Os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos também integram o custo de construção, em ambas situações. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão (Intangível). (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa (Ativo financeiro). **c) Subvencões governamentais:** São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como "Receita de fornecimento de energia", em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas. **d) Valores a compensar (repassar) da parcela A:** Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias

entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. **e) Impairment de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativa do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior do que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos. **f) Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Planos de benefício definido: A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia. **g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("Tributos sobre o lucro"):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% - imposto de renda e 9% - contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **l) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquido de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia. O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o último faturamento anterior à data do balanço. A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (ii) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE, a prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema). **m) Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis:** (i) IFRS 16 *Leases / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil:* O CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 - *Leases*, que substituiu o IAS 17 - *Leases*. Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a vencer, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Companhia utilizou os seguintes expedientes e isenções: • Taxa incremental de captação de empréstimos e financiamentos; • Não mensuração de arrendamentos de curto prazo; • Não mensuração para itens de baixo custo, cujo o valor justo do ativo identificado é inferior a US\$5 mil; • Método de abordagem de efeito cumulativo, não representando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores. A adoção da IFRS 16 não gerou impactos relevantes nas operações da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com os indicadores estabelecidos nos acordos contratuais (*covenants*). Em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia reconheceu os itens demonstrados a seguir.

Saldos em 1 de janeiro de 2019	
Ativo	Passivo
15.476	15.476

Ativos de direito de uso

Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais

(ii) **ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*):** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, divulgados em 14 de fevereiro de 2019. As mudanças efetuadas não impactam o patrimô-

nio líquido, o lucro líquido do exercício, a demonstração de resultados abrangentes, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado.

	Reapre-	Reapre-
	sentado	sentado
3.1. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018: Ref. Apresentado	3.352.774	3.352.774
Ativo circulante	3.352.774	3.352.774
Demais ativos circulantes não afetados	-	-
Ativo não circulante	2.000.895	2.000.895
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	-
Intangível	5.138.799	(2.000.895)
Demais ativos não circulantes não afetados	6.038.993	6.038.993
Total do ativo não circulante	11.177.792	11.177.792
Total do ativo	14.530.566	14.530.566

a) Os ativos da infraestrutura da concessão durante o período de construção, anteriormente classificados como intangível em curso, passam a ser classificados como ativos de contrato, conforme IFRS 15 / CPC 47. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.2. Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018:

	Reapre-	Reapre-
	sentado	sentado
Ref. Apresentado	9.237.364	9.237.364
Receita líquida	9.237.364	9.237.364
Custos dos serviços	-	-
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	(86.082)	(86.082)
Despesa com vendas	(211.940)	(215.858)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	(365.900)	(365.900)
Resultado financeiro	(387.036)	(387.036)
Imposto de renda e contribuição social	(121.514	

(a) Fundos de investimentos de caixa e equivalentes de caixa:

Carteira	2019	2018
BB TOP Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	-	138.726
Títulos públicos	-	5.802
BB Polo 28 FI Renda Fixa	56.642	135
Compromissadas com lastro de títulos públicos	56.642	144.663
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife	98.529	128.453
Itaú Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	117.151	32.334
Compromissadas com lastro de títulos públicos	15.174	78.725
Itaú Salvador Renda Fixa Curto Prazo FI	132.325	111.059
Compromissadas com lastro de títulos públicos	71.300	158.864
Santander Natal Renda Fixa Curto Prazo DE FI	71.300	158.864
Compromissadas com lastro de títulos públicos	349.719	-
BNP Paribas	349.719	-
Total - fundos exclusivos	708.515	543.039

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref	2019	2018
Consumidores	(a)	2.060.425	1.697.761
Terceiros		2.059.959	1.697.653
Partes relacionadas		466	108
Comercialização de energia na CCEE	(b)	17.093	33.863
Disponibilização sistema de distribuição		94.776	71.253
Terceiros		94.238	70.699
Partes relacionadas		538	554
Serviços prestados a terceiros		16.109	14.676
Serviços taxados e administrativos		10.758	9.120
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	143.680	115.117
Outros créditos de terceiros		71.328	88.665
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(d)	(397.451)	(324.760)
Total		2.016.718	1.705.695
Circulante		1.956.899	1.641.966
Não circulante		59.819	63.729

(a) Consumidores:

	Saldos vencidos		Total	PPECLD	
	Até 90 dias	Mais de 90 dias		2019	2018
Sector privado					
Residencial	266.462	294.181	560.643	687.443	(191.524)
Industrial	75.789	15.170	90.959	123.412	(29.791)
Comercial	209.696	76.482	286.178	328.217	(71.182)
Rural	73.470	40.040	113.510	120.207	(43.694)
Total	625.417	425.873	1.051.290	1.259.279	(336.191)
Sector público					
Federal	6.969	5.167	12.136	14.159	(325)
Estadual	21.093	5.595	26.688	27.711	(887)
Municipal	25.002	11.938	36.940	43.003	(6.657)
Total	53.064	22.700	75.764	84.873	(7.869)
Iluminação pública	36.274	18.394	54.668	63.292	(13.348)
Serviço público	43.960	5.848	49.808	49.102	(5.520)
Fornecimento não faturado	262.397	-	262.397	271.215	(1.360)
Total	1.021.112	472.815	1.493.927	1.665.700	(364.288)
Circulante			29.326	32.061	-
Não circulante			-	-	-

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multas calculados *pró-rata temporis*. (b) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**: Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 17.093 (R\$ 17.093 em 2018), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilidade da CCEE para o período. Não existe provisão sobre esse valor por entender que não há risco de não recebimento. (c) **Subvenções/Subsídios governamentais**: (i) Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 51.124 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2019 (R\$ 41.710 em 31 de dezembro de 2018). (ii) CDE: Em 16 de abril de 2019, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.533/2019 aprovando o valor mensal de R\$ 47.805 a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE durante o período de abril de 2019 a março de 2020. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 92.556 (R\$ 73.407 em 31 de dezembro de 2018) e corresponde às quotas dos meses de novembro e dezembro.

(d) PPECLD:

	Consumidores	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	(293.841)	(33.322)	(327.163)
Adoção inicial IFRS 09 / CPC 48	8.400	(1.717)	6.683
Adições	(217.899)	(21.149)	(239.048)
Reversões	141.549	18.405	159.954
Baixa para perdas (incobráveis)	74.814	-	74.814
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(286.977)	(37.783)	(324.760)
Adições	(248.281)	(14.173)	(262.454)
Reversões	127.493	9.203	136.696
Baixa para perdas (incobráveis)	43.477	9.590	53.067
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(364.288)	(33.163)	(397.451)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Aplicações Financeiras Vinculadas	Ref	2019	2018
CEF	(a)	3.352	3.158
Santander Natal Renda Fixa	Fundo	6.749	7.580
Banco do Nordeste	Fundo	43.034	-
Total		53.135	10.738
Circulante		6.749	7.580
Não circulante		46.386	3.158

(a) Referem-se, basicamente, a contas reservas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2019, as garantias estavam 100% constituídas.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

	2019	2018
8.1. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:		
Imposto de Renda (IR) corrente	73.991	163.796
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente	31.891	26.762
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	105.882	190.558
8.2. Outros tributos a recuperar:		
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	322.337	248.241
Programa de Integração Social - PIS	(4.476)	9.707
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.198.953)	48.611
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.565	2.412
Recuperação Fiscal - REFFIS	2.413	2.413
Outros tributos a recuperar	3.002.881	311.384
Circulante	888.631	160.174
Não Circulante	2.114.250	151.210

(a) PIS e COFINS a recuperar: A Companhia constituiu no exercício, créditos de PIS e de COFINS a recuperar, de respectivamente, R\$ 467.330 e R\$ 2.152.553, totalizando R\$ 2.619.883 como consequência da exclusão do ICMS da base de cálculo desses impostos, após sua ação judicial acerca do tema haver transitado em julgado. Ver maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferido	(a)	(16.320)	91.035
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	(b)	80.991	98.210
Total Ativo		63.771	145.245

(a) **Imposto de renda e contribuição social diferido**: A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2019	2018
Prejuízo fiscal	-	17.976
Alíquota de IR e CS	25%	9%
Total do prejuízo fiscal	-	4.494
Ativo		
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	103.914	95.352
Provisão para passivo atuarial	691.856	762.476
Provisão para contingências	327.649	309.714
Provisão PLR	48.762	35.368
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	175.323	182.588
Perda CCEE/Energia Livre	22.486	19.744
Ajuste da quota anual de amortização	95.711	77.873
Valor justo de derivativos financeiros	-	17.039
Outros	1.958	2.370
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	1.467.659	1.502.524
Passivo (-)		
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(1.216.470)	(1.006.887)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(255.139)	(194.636)
Deficit plano previdenciário	(17.755)	(22.538)
Custo de captação	(26.294)	(28.599)
Total Diferenças Temporárias - PASSIVO	(1.515.658)	(1.252.660)
Total Diferenças Temporárias - LÍQUIDO	(47.999)	249.864
Alíquota de IR e CS	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	(12.000)	62.466
Subtotal	(12.000)	24.075
Total do imposto diferido	(16.320)	91.035

A Companhia anualmente realiza análises técnicas de viabilidade econômica. As análises realizadas indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera. Os tributos diferidos ativos tem expectativa de realização no exercício de 2020 no valor de R\$ 16.320. A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.163.062	1.163.062		
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%		
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	290.766	104.676		
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo:				
Diferenças permanentes	(70.837)	(26.179)		
Incentivos fiscais e outros	(128.425)	(38.328)		
Imposto de renda e contribuição social no exercício	91.504	78.497		
Outros	(16.437)	-		
Imposto de renda e contribuição social no resultado	75.067	78.497		
2019	2018			
IR	CSLL	IR	CSLL	
11.813	55.757	-	13.816	
46.099	65.946	767	26.219	
-	-	108.994	2.993	
(34.286)	(10.189)	(109.761)	(15.396)	
Diferido	63.254	22.740	79.176	28.522
Imposto de renda e contribuição social do exercício	75.067	78.497	79.176	42.338
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	6,45%	6,75%	10,42%	5,77%

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Corrente	(67.570)	(13.816)
Diferido	(71.875)	(93.193)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(14.119)	(14.505)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(153.564)	(121.514)

(b) **Benefício Fiscal - mais-valia incorporado**: O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL). Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais-valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

	2019	2018
Ágio - incorporado	1.126.867	-
Provisão constituída	(743.733)	-
Benefício fiscal	383.134	-
Amortização acumulada	(849.782)	-
Reversão acumulada	560.858	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	94.210	-
Amortização	(41.524)	-
Reversão	27.405	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	80.091	-

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2020	0,03480	2023	0,02970	2026	0,02540
2021	0,03280	2024	0,02820		
2022	0,03130	2025	0,02680		

10. VALORES A COMPENSAR/(REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante	
	Ativo	Passivo (-)	Ativo	Passivo (-)
CVA				
Energia	(a)	531.322	-	531.322
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b)	-	(177.872)	(177.872)
TUST		39.751	-	39.751
Neutralidade dos encargos setoriais		-	(24.177)	(24.177)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		34.222	-	34.222
Outras CVA's		2.286	-	2.286
Outros Itens Financeiros				
Revisão Tarifária		33	-	33
Repasse de sobrecontratação	(c)	-	(80.786)	(80.786)
Risco hidrológico	(d)	-	(133.801)	(133.801)
Ultrapassagem de Demanda/Excedente Reativo	(e)	-	-	(155.124)
Compensação ref. Acordos Bilaterais de CCEAR	(f)	18.959	-	18.959
Outros itens financeiros		1.573	(209)	1.364
Total		628.146	(416.845)	211.301

	Circulante		Não Circulante	
	Ativo	Passivo (-)	Ativo	Passivo (-)
CVA				
Energia	(a)	719.256	-	719.256
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b)	-	(243.961)	(243.961)
TUST		34.480	-	34.480
Neutralidade dos encargos setoriais		12.479	(16.797)	(4.318)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		10.283	(22.568)	(12.285)
Outras CVA's		750	-	750
Outros Itens Financeiros				
Revisão Tarifária		2.681	-	2.681
Repasse de sobrecontratação	(c)	6.825	(94.402)	(87.577)
Risco hidrológico	(d)	-	(140.118)	(140.118)
Efeito das Recontabilizações		5.052	-	5.052
Ultrapassagem Demanda/Excedente Reativo	(e)	-	-	(76.951)
Ressarcimento P&D		-	(17.220)	(17.220)
Compensação ref. Acordos Bilaterais de CCEAR	(

Além dos indicadores mencionado acima, as captações realizadas no exercício incorreram em *spreads* estabelecidos contratualmente nas negociações realizadas com os financiadores. **b.2. Debêntures:** A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	7.816	647.960	655.776
Ingressos	-	2.000.000	2.000.000
Encargos	125.692	-	125.692
Variações monetária e cambial	165	12.369	12.534
Derivativos	(568)	(3.923)	(4.491)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	727	727
Transferências	545.804	(545.804)	-
Amortizações de principal	(250.000)	-	(250.000)
Pagamentos de custo de captação	(3.393)	(20.905)	(24.298)
Pagamentos de juros	(97.563)	-	(97.563)
(-) Custos de transação	4.444	-	4.444
Saldos em 31 de dezembro de 2018	332.397	2.090.424	2.422.821
Ingressos	-	700.000	700.000
Encargos	178.223	-	178.223
Variação monetária e cambial	329	27.829	28.158
Derivativos	(1.333)	(3.897)	(5.230)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(381)	(381)
Transferências	(4.563)	4.563	-
Amortizações de principal	(300.000)	-	(300.000)
Pagamentos de custo de captação	(156)	(1.842)	(1.998)
Pagamentos de juros	(172.186)	-	(172.186)
(-) Custos de transação	5.739	-	5.739
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.450	2.816.696	2.855.146

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Emissão	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
12 ^a	24/04/2024	108% CDI	309.070
12 ^a	24/04/2026	110,25% CDI	390.930
Total			700.000

c. Cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures: c.1. Empréstimos e financiamentos: Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2019		
	Divida	Custos transação	Total líquido
2021	472.505	(1.121)	471.384
2022	707.069	(984)	706.085
2023	323.758	(984)	322.774
2024	689.838	(282)	689.556
2025	156.764	(47)	156.717
Após 2025	650.189	(226)	649.963
Total obrigações	3.000.123	(3.644)	2.996.479
Marcação a mercado	-	-	(20.862)
Total			2.975.617

c.2. Debêntures: O cronograma de amortização das debêntures são conforme tabela a seguir:

	2019		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2021	100.000	-	100.000
2022	450.000	-	450.000
2023	1.027.459	(6.320)	1.021.139
2024	586.529	(5.510)	581.019
2025	472.924	(4.133)	468.791
Após 2025	195.466	-	195.466
Total obrigações	2.832.378	(15.963)	2.816.415
Marcação a mercado	-	-	281
Total			2.816.696

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenenergia S.A. **d. Condições restritivas financeiras (covenants):** Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LA)JIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e de cobertura de juros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia ou Consolidadas da Neoenenergia S.A. ("Controladora"). Os principais parâmetros estão listados abaixo: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2. **e. Garantias dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures:**

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de	Saldo em
				principal	31/12/2019
Financiamento	3,00% a 6,00% / TJP + 1,59% a 2,70% / IPCA + 2,7037% a		Garantia Real/ Quirográfrica	2.601.662	2.396.009
Debêntures	4,7230% / SELIC + 2,09% a 2,53%	2021 a 2030	Quirográfrica	943.306	937.103
Infra	IPCA + 6,2214% a 6,7549%	2021 a 2025	Quirográfrica	1.900.000	1.918.043
Debêntures Institucionais	108,00% a 116,00% do CDI	2023 a 2026	Quirográfrica	2.237.403	1.957.933
Empréstimo	87,65% a 125,90% do CDI	2020 a 2030			7.209.088

15. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	2019	2018
Salários	67	132
Encargos sociais	6.582	4.561
Provisões de férias e 13 ^o	33.872	29.557
Encargos sobre provisões de férias e 13 ^o	14.738	11.847
Provisão para participação nos lucros e resultados	55.157	40.137
Outros	3.040	44
Total	113.456	86.278

16. ENCARGOS SETORIAIS

	Ref.	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(a)	-	40.214
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(b)	1.887	1.974
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(b)	1.904	987
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	53.714	48.587
Programa de Eficiência Energética - PEE	(b)	70.646	47.286
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(c)	1.035	930
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(d)	6.695	-
Total		135.881	139.978
Circulante		56.214	101.757
Não circulante		79.667	38.221

(a) **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):** Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. (b) **Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2^o mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. (c) **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. (d) **Encargos Setoriais - Outros CCRBT:** Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

17. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	119.542	72.102
Programa de integração social - PIS	13.578	13.675
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	62.665	63.359
Instituto nacional de seguridade social - INSS	7.280	6.579
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	2.282	1.798
Imposto sobre serviços - ISS	903	357
Impostos e contribuições retidos na fonte	36.062	49.961
Outros	665	240
Total	242.977	208.071
Outros tributos a recolher		
Circulante	235.908	201.717
Não Circulante	7.069	6.354

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Provisões: A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatória, decorrentes do curso normal de suas atividades. Além dos processos judiciais, a Companhia também é parte em processos administrativos com a ANEEL, cuja provisão é classificada como Regulatória. Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. As provisões estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	171.762	117.305	21.874	5.666	316.607
Adição	26.099	76.598	450	-	103.147
Reversões por ganho	(21.440)	(20.236)	3	-	(41.673)
Reversões por Pagamentos/Indenizações	(12.464)	(83.074)	(461)	-	(95.999)
Atualização	19.403	24.029	1.074	604	45.110
Saldos em 31 de dezembro de 2018	183.360	114.622	22.940	6.270	327.192
Adição	24.505	79.799	862	-	105.166
Reversões por ganho	(16.760)	(17.464)	(142)	-	(34.366)
Reversões por Pagamentos/Indenizações	(25.703)	(81.892)	(309)	-	(107.904)
Atualização	16.908	35.915	744	649	54.216
Saldos em 31 de dezembro de 2019	182.310	130.980	24.095	6.919	344.304
Circulante	25.703	42.831	309	-	68.843
Não circulante	156.607	88.149	23.786	6.919	275.461

Trabalhistas: Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo a cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 371.219 (R\$ 463.526 em 31 de dezembro de 2018) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. Cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 974.568 (R\$ 835.760 em 31 de dezembro de 2018) em processos cíveis (incluindo as causas acompanhadas no juizado especial) com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m. Fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnatórias de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.233.011 em 31 de dezembro de 2018) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por: (i) falta de retenção do imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 145.274 (R\$138.382 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 750.263 (R\$ 766.713 em 31 de dezembro de 2018). Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são ilícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. Regulatórias: Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 221.206 (R\$ 198.698 em 31 de dezembro de 2018) em ações re-

gulatorias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos: (i) processo nº 0030544-34.2013.4.01.3400, que versa sobre anulação da Resolução Normativa da ANEEL nº 387 de 15/12/2009 e do despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010 que trata sobre procedimento de coleta dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, realização das suas compensações financeiras e recuperação dos indicadores globais, com valor estimado de R\$ 51.811 (R\$ 46.744 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) processo nº 0067683-83.2014.4.01.3400, que questiona a legalidade dos atos administrativos da ANEEL consubstanciados no Auto de infração 118/2012-SFE/ANEEL, com valor estimado em R\$ 35.215 (R\$ 31.496 em 31 de dezembro de 2018). **Depósitos judiciais:** Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2019	2018
Trabalhistas	259.537	243.942
Cíveis	130.571	89.074
Fiscais	104.565	88.543
Outros	12.229	12.042
Total	506.902	433.601

19. OUTROS PASSIVOS

	Ref.	2019	2018
Ressarcimento PIS e COFINS a consumidores	(a)	2.616.840	-
Consumidores	(b)	91.473	77.116
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	(c)	21.416	19.032
Caução em garantia		369.185	286.254
Adiantamentos recebidos		18.200	10.800
Repasse a terceiros		10.065	11.806
Outros		23.913	13.204
Total		3.151.092	418.212
Circulante		458.811	294.333
Não circulante		2.692.281	123.879

(a) Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Esses embargos ainda estão pendentes de julgamento. Em setembro de 2019, transitou em julgado decisão favorável à Companhia, nos autos da Ação Declaratória nº 0021883-80.2010.4.01.3300, ajudizada em 10 de junho de 2010, que pleiteava a inexistência de relação jurídico-tributária com a União Federal no que tange à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS e o reconhecimento do direito ao crédito relativo aos valores indevidamente recolhidos, no período compreendido de 2005 a 2019 devidamente atualizados pela Taxa SELIC. Amparada pelas avaliações de seus assessores jurídicos e nas melhores estimativas, a Companhia constituiu ativos de PIS e de COFINS a recuperar no total de R\$ 2.619.883 (vide nota explicativa nº 8.2) e passivo pelo mesmo montante, líquidos de honorários de êxito no montante de R\$ 3.043 devido aos advogados, totalizando passivo no montante de R\$ 2.616.840. A constituição do passivo decorre do entendimento de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, nos termos das normas legais e regulamentares do setor elétrico. A Companhia adotará os procedimentos do crédito tributário de acordo com as previsões legais estabelecidas pela Receita Federal do Brasil e o repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulamentadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O resumo dos impactos é apresentado a seguir:

	2019	2018
Balanco patrimonial		
Ativo		
Passivo		
Demonstração do resultado		
PIS e COFINS	2.619.883	-
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	-	2.619.883
Total	2.619.883	2.619.883
Circulante	689.103	-
Não Circulante	1.930.780	2.619.883

Receita operacional bruta
Efeito contabilizado no passivo a restituir (1.714.100)
Efeito contabilizado em tributos a recuperar 1.714.100
Resultado financeiro
Outras receitas financeiras
Atualização de tributos a recuperar 905.783
Atualização do passivo a restituir (905.783)
Efeito líquido no resultado

A Companhia informa ainda que está levantando o total de despesas incorridas durante o período abrangido pela ação, que assim como os honorários de êxito devidos aos advogados, também deverão ser deduzidos dos valores a restituir aos consumidores, desde que autorizado pela ANEEL. (b) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros. (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices IGPIM ou CDI, conforme previsto em contrato.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$ 3.050.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988.162 (R\$ 2.988.162 em 31 de dezembro de 2018). A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	2019						2018						
	Qtde	Acções	Ordinárias	RS	Pref. A	RS	Pref. B	RS	Acções	Ordinárias	RS	Pref. B	RS
Neoenenergia S.A.	144.923	1.652.270	25.511	290.848	82.878	944.898	253.312	2.888.016	144.923	1.652.270	25.511	290.848	82.878
Outros	7.074	80.658	1.709	19.488	-	-	8.783	100.146	7.074	80.658	1.709	19.488	-
Total	151.997	1.732.928	27.220	310.336	82.878	944.898	262.095	2.988.162	151.997	1.732.928	27.220	310.336	82.878

* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) as ações preferenciais "Classe B", têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2019		2018		Fluxo de caixa contra-tual total	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 5 anos	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago				
	2019	2018	2019	2018								Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	2019	2018
Receitas financeiras																
Renda de aplicações financeiras	39.762	98.228														
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	55.304	55.478														
Variações monetárias e cambiais - Dívida	626.374	1.122.204														
Variações monetárias e cambiais - Outras receitas	11.228	1.497														
Instrumentos financeiros derivativos	781.334	1.101.783														
Atualização depósitos judiciais	9.477	12.000														
Atualização do ativo financeiro setorial	23.955	26.066														
(+) PIS e COFINS s/ receita financeira	(9.592)	(12.615)														
Outras receitas financeiras	39.791	42.388														
Total	1.577.633	2.447.029														
Despesas financeiras																
Encargos de dívida	(312.712)	(285.134)														
Variações monetárias e cambiais - Dívida	(773.271)	(1.696.688)														
Variações monetárias e cambiais - Outras despesas	(26.612)	(18.256)														
Instrumentos financeiros derivativos	(692.902)	(620.386)														
Benefícios Pós-Emprego e outros benefícios	(70.119)	(74.778)														
IOF	(6.596)	(7.857)														
Arrendamento	(2.042)	-														
Encargos P&D/PEE	(4.797)	(4.028)														
Atualização contingências	(54.216)	(45.110)														
Outras despesas financeiras	(116.300)	(81.828)														
Total	(2.059.567)	(2.834.065)														
Resultado financeiro líquido	(481.934)	(387.036)														

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	Ref	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		Vencimento
		2019	2018	2019	2018	
COLIGADAS						
Receita/(compra) de Energia Elétrica						
Termopernambuco S/A	(b.1)	(20.805)	(16.200)	(144.074)	(131.483)	2023
Baguari 1 Geração Energia Elétrica S.A.	(b.2)	(627)	(601)	(5.267)	(5.059)	2039
Norte Energia S.A.	(b.2)	(85.619)	(47.293)	(378.757)	(396.981)	2045
Energética Águas da Pedra	(b.2)	(2.656)	(2.544)	(22.306)	(21.427)	2040
Geração Céu Azul S/A	(b.2)	(361)	-	(3.035)	-	2048
Lagoa 1	(b.2)	(127)	-	(1.133)	-	2038
Lagoa 2	(b.2)	(116)	-	(1.031)	-	2038
Canoas	(b.2)	(120)	-	(1.067)	-	2038
Calango 1 Energia Renovável S/A	(b.2)	(131)	-	(1.535)	-	2033
Calango 2 Energia Renovável S/A	(b.2)	(112)	-	(1.312)	-	2033
Calango 3 Energia Renovável S/A	(b.2)	(131)	-	(1.535)	-	2033
Calango 4 Energia Renovável S/A	(b.2)	(121)	-	(1.423)	-	2033
Calango 5 Energia Renovável S/A	(b.2)	(129)	-	(1.512)	-	2033
Caetité 2 Energia Renovável S/A	(b.2)	(108)	-	(1.271)	-	2032
Caetité 3 Energia Renovável S/A	(b.2)	(109)	-	(1.283)	-	2032
Mel 2 Energia Renovável S/A	(b.2)	(88)	-	(1.034)	-	2032
Arizona 1 Energia Renovável S/A	(b.2)	(118)	-	(1.386)	-	2032
Cia Hidroelétrica Teles Pires	(b.2)	(7.728)	(7.440)	(65.802)	(62.668)	2044
		(119.256)	(74.078)	(634.763)	(617.618)	

Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (TUST) e (CUST)

	Ref	2019	2018	2019	2018	Vencimento
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(c)/(d)	(1.703)	(1.679)	(14.861)	(13.944)	2027
Se Naranjinha S.A.	(c)/(d)	(761)	(1.389)	(9.035)	(10.631)	2027
Portugal Sul Transmissão de Energia S.A.	(c)	(68)	(69)	(544)	(580)	2027
		(2.532)	(3.137)	(24.440)	(25.155)	

Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

	Ref	2019	2018	2019	2018	Vencimento
Celpe	(e)	346	546	4.223	5.037	Renovação Automática
		346	546	4.223	5.037	
Fornecimento de Energia						
Itapebi Geração de Energia S.A.	(a)	458	108	909	872	Indeterminado
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(b.1)	8	-	-	-	2027
		466	108	909	872	

Serviços Administrativos

	Ref	2019	2018	2019	2018	Vencimento
Afluente Transmissão Energ. Elétrica S.A.	(f)	(68)	(3)	(34)	(34)	2023
Faelba	(g)	18.715	27.216	(7.315)	(30.917)	Indeterminado
		18.647	27.213	(7.349)	(30.951)	

CONTROLADORES

	Ref	2019	2018	2019	2018	Vencimento
Serviços Administrativos						
Neoenergia S.A.	(i)	56.341	36.912	(67.372)	(42.649)	2020
Banco do Brasil	(h)	-	-	-	(6.091)	Indeterminado
		56.341	36.912	(67.372)	(48.740)	
Dividendos e JSCP						
Neoenergia S.A.	(k)	(110.977)	(157.898)	-	-	-
Outros Minoritários	(k)	(6.821)	(8.213)	-	-	-
		(117.798)	(166.111)	-	-	-

Empréstimos e Aplicação Financeira

	Ref	2019	2018	2019	2018	Vencimento
Banco do Brasil	(j)	-	(299.864)	-	19.307	2019 e 2021
		-	(299.864)	-	19.307	
TOTAL CIRCULANTE						
		(163.786)	(478.411)	(728.792)	(697.248)	
NÃO CIRCULANTE						
		6.935	(218.225)	-	-	

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (a) Contratos de fornecimento de energia, com partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL e correção anual de acordo com reajuste de tarifas de consumo. (b) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados: b.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM. b.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (e) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigidos anualmente: i) através do reajuste tarifário ANEEL ou; ii) pela variação do IGPM. (f) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (g) Contribuições da Companhia para o fundo previdenciário dos funcionários ativos calculados sobre as remunerações mensais e contabilizações dos fundos de reservas; (h) As Reservas Especiais dos Planos de Benefícios autorizados pelos órgãos PREVIC nº 983 de 11/10/2017, nº 540 de 21/11/2016, nº 583 de 08/03/2016 e nº 410 de 19/02/2015; (i) O excedente da reserva do fundo de risco; e (iii) o fundo de sobras. (h) Contrato de serviço de arrecadação das faturas de energia corrigido pelo IPCA. Deixou de ser parte relacionada após 01/07/2019 em função do IPO. (i) Contratos de cessão de crédito com a Neoenergia em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGNF. (ii) Contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa com avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval. (iii) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (j) Contratos de empréstimo, corrigidos mensalmente com base no CDI e aplicação em fundos de investimento em renda fixa (BB Polo 28), acionista até 28 de junho de 2019. Deixou de ser parte relacionada após 01/07/2019 em função do IPO. (k) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio. 25.1. Remuneração da administração: O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 4.488 (R\$ 3.898 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	4.831	3.077
Benefícios de curto prazo	(428)	1.521
Benefícios de longo prazo	(744)	(700)
Rescisões contratuais	829	-
Total	4.488	3.898

Os valores de benefícios de curto e longo prazo, que apresentam saldos credores nos exercícios findos em 2018 e 2019, são decorrentes de reversões de provisões constituídas em exercício anteriores e que não tem mais expectativa de desembolso pela Companhia. Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 16 de abril de 2019, aprovou o montante de até R\$ 8.275 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante pago foi de R\$ 5.727 (R\$ 5.294 em 31 de dezembro de 2018), conforme detalhamento abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	2.488	2.920
Benefícios de curto prazo	1.377	833
Benefícios de longo prazo	1.033	1.541
Rescisões contratuais	829	-
Total	5.727	5.294

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus empregados e/ou administradores.

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e de políticas internas: A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. Dentre as diretrizes previstas nessas políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de hedge de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de hedge de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida; e alongamento do prazo médio de pagamento. Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, avançados ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. **b) Gestão de risco de mercado:** Risco cambial: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2019, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". **c) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia mantém um total de aplicações no curto prazo de R\$ 851.830, sendo R\$ 708.515 em fundos exclusivos e R\$ 143.315 em outros ativos. A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual, e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

	2019		2018		Fluxo de caixa contra-tual total	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 5 anos
	2019	2018	2019	2018							
Passivos financeiros não derivativos:											
Empréstimos e financiamentos	4.837.384	5.916.206	1.864.086	644.438	841.719	422.922	918.838	1.224.203			
Debêntures	2.877.770	3.795.457	156.440	299.804	630.210	1.207.838	719.085	782.080			
Fornecedores	1.081.021	1.081.021	1.031.148	-	-	-	-	49.873			
Passivos financeiros derivativos											
Swap cambial e de taxa de juros	(505.182)	(628.562)	(273.280)	(42.630)	10.125	7.050	(125.753)	(204.074)			
Non-deliverable Forwards (NDF)	12	12	12	-	-	-	-	-			
Opções	(895)	(895)	(895)	-	-	-	-	-			

d) Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Risco de crédito de contrapartes comerciais: A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência. Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicado pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Ratings de longo prazo em escala nacional (C)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
Bank of America	-	-	AAA
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
MUFG	-	AAA	-
Votorantim	Aa3	AAA	-
Banco J.P. Morgan S.A.	-	AAA	-
Sumitomo	-	AAA	-
Safra	Aa1	AAA	-

(*) HSBC e Scotiabank possuem ratings apenas em escala global. A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua

Nos anos subsequentes a Companhia pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo. As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	2019	2018
Custo do Intangível em Curso	(2.355)	(2.360)
Despesas Operacionais	(12.425)	(12.440)
	(14.780)	(14.800)

Plano de Saúde Pós Emprego: A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial para cobertura de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar e de Assistência Odontológica para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios por faixa etária calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas correspondente em cada faixa. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC). As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego		
	CD 2018	BD 2019	2018	2019	2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,10%	7,53%	9,25%	7,79%	9,46%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	N/A	5,29%	N/A	5,29%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	4,00%	4,25%	-	N/A
Taxa de rotatividade esperada	4,25%	4,00%	4,25%	4,00%	4,25%
Fator de capacidade	0,98	Nula	0,98	9,90%	8,82%
Tábua biométrica de mortalidade geral	SUSEP BR - EMSsb v2015 (masculina)	BR-EMSsb-2015 Masculina (Sua-AT-2000 desagravada em 15% vizada em 15%)	BR-EMSsb-2015 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A desagravada em 15% vizada em 15%	SUSEP BR - EMSsb v2015 (masculina)	BR-EMSsb-2015 masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média 100% na primeira elegibilidade	Light Média	Light-média	Light-média	Light-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	59 anos de experiência Coelba	100% na primeira elegibilidade

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram:

	Plano BD		Plano de saúde Pós Emprego	
	2019	2018	2019	2018
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	403.395	351.191	728.933	806.774
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	367.613	322.521	658.056	722.223
% de impacto na obrigação de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,84%	4,43%	5,36%	5,81%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	(4,46%)	(4,10%)	(4,89%)	(5,28%)
Impacto na duração média na obrigação de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	9,99	9,75	11,64	12,75
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	9,36	9,23	10,84	11,89

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano		Entre 1-2 anos		Entre 2-5 anos		Mais de 5 anos		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Benefícios de aposentadoria - BD	30.153	29.601	85.058	126.530	271.342				
Benefícios de saúde pós-emprego	47.491	46.320	138.160	218.836	450.807				

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionado aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Ainda que a taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial da Coelba tenha diminuído, verificamos um ganho relevante pela marcação a mercado dos títulos públicos que a Faelba possui marcados na curva, o que compensou o efeito de crescimento da provisão matemática. Além disso, o plano BD da Faelba ainda apresenta superávit com excesso a reserva de contingência (reserva especial) em seu balancete para fins PREVIC, ou seja, o valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial da empresa para este plano é de direito da Companhia e poderá ser utilizado na forma de redução de contribuições futuras ou será reembolsável no futuro. No caso do plano de assistência médica, não há ativos para a cobertura do passivo atuarial. Ainda que a taxa de desconto para cálculo da provisão tenha também diminuído em virtude dos títulos públicos brasileiros, o plano sofreu uma alteração importante a partir de julho de 2019, que gerou um impacto de redução relevante no valor do passivo e nas despesas futuras. Essa alteração mudou a forma de custeio do plano, de custo médio onde era pago um valor fixo por vida para o custo por faixa etária.

	2019	2018
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência - BD	21.600	24.064
Benefícios de saúde pós-emprego	(691.856)	(762.477)
	(670.256)	(738.413)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no exercício		
Benefícios de previdência - CD	-	2.851
Benefícios de previdência - BD	2.221	960
Benefícios de saúde pós-emprego	(71.337)	(76.891)
	(69.116)	(73.080)
Redimensionamentos atuariais reconhecidos no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	-	1.055
Benefícios de previdência - BD	(4.685)	13.153
Benefícios de saúde pós-emprego	95.210	20.474
	90.525	34.682

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós-Emprego	
	CD 2018	BD 2019	2018	2019
Custo do serviço passado	2.876	(5)	(28)	(1.260)
Custo do serviço corrente	(845)	(317)	2.226	(2.430)
Custo dos juros	(317)	2.226	988	(70.077)
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.137	-	46.747	45.842
Total incluído no resultado	2.851	2.221	960	(31.049)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA Salvador-BA

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para a opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e do Intangível

Veja as notas explicativas 2.5, 11 e 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15), e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPIC 01(1R1) - Contratos de Concessão (IFRS 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.	Availamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação entre ativo financeiro da concessão ou intangível dos investimentos realizados. Availamos as premissas utilizadas na realização entre ativo financeiro e ativo intangível. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar a alocação dos gastos da concessão classificadas como ativo de contrato. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros, Intangível e de Contrato da Concessão são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Dedutibilidade de IR/CS sobre a amortização de ágio

Veja as notas explicativas 2.5 e 18 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio sobre o preço mínimo de venda da Companhia durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 750.263 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes à dedutibilidade da amortização do ágio durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) a data estimativa da classificação da probabilidade de perda. Envolvemos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos

Veja as notas explicativas 2.5, 14, 26 e 27 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos para proteger certos riscos originários de exposições cambiais de acordo com o critério estabelecido em sua política de gestão de risco. A mensuração, a designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de hedge (hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa) e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de obrigações formais e incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial e de juros. Julgamento envolvido na mensuração da efetividade desses instrumentos financeiros derivativos, avaliação, mensuração e divulgações relacionadas ao valor justo de tais instrumentos financeiros derivativos ser complexa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Envolvemos nossos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na avaliação da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e da efetividade das relações de hedge, utilizando dados observáveis, como fluxos descontados com base em curvas de mercado. Com base em amostragem de transações, avaliamos a suficiência da documentação dessas operações preparada para demonstrar designação do instrumento como contabilidade de hedge e avaliamos o cálculo da efetividades das relações de hedge e suas respectivas contabilizações. Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação às análises de sensibilidade e classificação dos instrumentos financeiros consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e contabilização dos hedges e as respectivas divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em dezembro de 2019 e 2018:

	CD (6.667)	BD (330.603)	Plano de Saúde (751.901)
Custo do serviço passado	6.798	(845)	(2.430)
Custo do serviço corrente	(571)	(31.373)	(74.461)
Custo dos juros	(24)	(343)	48.372
Contribuições pagas pelos participantes	28	(14)	(9.399)
Benefício pago pelo plano	952	(336.304)	(762.477)
Premissas demográficas	-	-	(1.260)
Premissas financeiras	-	-	(29.738)
Experiência do plano	-	-	39.323
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(45.207)
Premissas financeiras	-	-	(12.825)
Experiência do plano	-	-	79.461
Efeito de limite máximo de reconhecimento	-	-	(384.756)
Em 31 de dezembro de 2019			(691.856)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de Previdência Complementar	BD	Plano de Saúde Pós Emprego
Valor justo dos ativos em 31/12/2017	2.762	506.488	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	253	48.838	-
Redimensionamentos atuariais	89	50.035	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.137	-	45.842
Contribuições pagas pelos participantes	25	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(343)	(48.372)	(45.842)
Pagamentos do custo do serviço passado dos ativos do plano	(3.923)	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/2018		556.989	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	-	50.151	-
Redimensionamentos atuariais	-	41.021	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	-	-	46.747
Benefícios pagos pelo plano	-	(39.323)	(46.747)
Valor justo dos ativos em 31/12/2019		608.838	-

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

	Ativos Administrados pela FAELBA	
	2019	2018
	BD	Total
Renda fixa	594.554	594.554
Renda variável	1.639	1.639
Investimentos imobiliários	12.645	12.645
Total	608.838	608.838
	BD	Total
Renda fixa	98%	98%
Investimentos imobiliários	2%	2%
Total	100%	100%

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde para 2020 são:

	Plano BD	Plano de Saúde
Custo do serviço corrente	-	(848)
Custo dos juros	1.626	(52.865)
Custo total da obrigação	1.626	(53.713)

Outros benefícios: Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, participação no resultado, seguro de vida, licença maternidade, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 172.163 (R\$ 129.797 em 31 de dezembro de 2018).

30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da Vigência	Importância Seguros	Prêmio
Responsabilidade Civil Ambiental	31.05.2019 - 31.05.2020	-	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações Veículos - Executivo	08.10.2019 - 08.10.2020	-	10.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas Veículos - Operacional	31.05.2019 - 31.05.2020	-	1.149.000
Transporte	31.05.2019 - 31.05.2020	-	700
D&O	08.10.2019 - 08.10.2020	-	2.000
	23.08.2019 - 23.08.2020	-	150.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, que resultam no aumento da proteção dos ativos com a mudança da modalidade de Riscos Nomeados para a modalidade de Riscos Operacionais ("all risks").

31. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A Companhia, consciente de seu potencial para contribuir para a conservação e proteção do meio ambiente, assumiu voluntariamente a responsabilidade de liderar a luta contra a mudança climática e a preservação da biodiversidade, em conformidade com o disposto em sua *Política Contra a Mudança Climática, Política de Biodiversidade e Política de Meio Ambiente*, respectivamente. Além disso, concebe o respeito pelo meio ambiente como um dos valores corporativos que determinam toda sua estratégia de negócio ao ser chave na configuração de um modelo energético sustentável, o que se traduz, no âmbito ambiental, em menores emissões e maior eficiência na produção e uso da energia, assim como no cumprimento da normativa ambiental. A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais substanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional. Em 2019, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental na Coelba: - Compensação Ambiental: Plantio em Áreas de Preservação Permanente (APP) com o uso de espécies nativas do bioma de Caatinga e manutenção de áreas plantadas nos últimos dois anos. Os plantios e a manutenção dos mesmos são fruto de compensações ambientais oriundas do licenciamento ambiental dos empreendimentos da distribuidora. - Rede Compacta/Linha Verde: Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização, minimizando acidentes com a fauna silvestre e melhorando o desempenho do sistema elétrico. - Inovação de equipamentos: Aquisição de novos transformadores de distribuição com óleo vegetal mineral (não tóxico, biodegradável e com maior durabilidade), o qual serão substituídos gradativamente pelos transformadores com óleo mineral isolante. A aquisição desses novos equipamentos trará um aumento da vida útil desse ativo da distribuidora, além de ser caracterizado como um produto não perigoso. - Gerenciamento de Resíduos: Reutilização de carretéis de madeira por meio da logística reversa; reforma de

equipamentos do sistema elétrico e reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores; reciclagem de papel e do óleo residual de cozinha do restaurante da Sede; os resíduos, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos) são coletados, transportados e destinados por empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente. A distribuidora também desenvolve outros projetos voltados à preservação ambiental, que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos ambientais, provenientes de empreendimentos e ações da empresa. Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo	2018	Resultado	2019	2018
Recursos aplicados	280.902	255.747	48.710	46.631	

* Informações não auditadas

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 07/01/2020 foram captados junto à instituição financeira RS 255.594, sujeitos a variação cambial e taxa fixa de juros, para os quais foram contratados instrumentos financeiros derivativos para mitigação de risco cambial.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2019, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.

André Augusto Telles Moreira - Presidente

Armando Martínez Martínez

Solange Maria Pinto Ribeiro

Leonardo Pimenta Gadelha

Rogério Aschermann Martins

Dailton Pedreira Cerqueira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da COELBA, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2019, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.

Francesco Gaudio

Eduardo Valdés Sanchez

Luiz